

Frasquilho acredita que “é prematuro adiantar uma data” para a entrada da TAP em bolsa

8/5/2019, 7:51

Antonoaldo Neves afirmou que a TAP estava a trabalhar para, a partir de 2020, estar pronta a avançar com um IPO e Miguel Frasilho diz que "isso acontecerá quando a empresa estiver em condições".



O presidente do Conselho de Administração da TAP acredita que é prematuro indicar uma data para a entrada da transportadora em bolsa, considerando que, hoje, os administradores indicados pelo Estado têm uma participação maior na vida do grupo.

Em 22 de março, o presidente da Comissão Executiva da TAP, Antonoaldo Neves afirmou que a TAP SGPS estava a trabalhar para, a partir de 2020, estar pronta a avançar com um IPO (dispersão em bolsa), entre 15% e 30%.

“Pode ser 2020, pode ser em 2021, em 2022. Enfim, veremos. Isso acontecerá quando a empresa estiver em condições para que tal operação possa suceder e quando os acionistas, no seu todo, entenderem que é o momento adequado”, afirmou Miguel Frasilho em entrevista à Lusa.

Portanto, obviamente, os acionistas têm vindo a falar – não só sobre esse assunto, mas também sobre esse assunto. Neste momento, é prematuro adiantar com qualquer data que seja para que a TAP possa ver o seu capital disperso em bolsa, mas é evidentemente um cenário possível num horizonte não muito longínquo”, acrescentou.

Miguel Frasquilho disse que tem havido “acontecimentos que causam instabilidade, causam incerteza”, salientando que “a TAP não foi a única companhia a ser afetada negativamente em 2018”.

“Houve várias companhias que desapareceram e, de resto, várias companhias de referência, mesmo ao nível europeu, tiveram resultados abaixo daquilo que tinham previsto e já para este ano baixaram as expectativas. (...) Portanto, é um enquadramento difícil em que temos que nos posicionar e estamos a fazê-lo”, acrescentou.

Apesar das dificuldades em 2018, Miguel Frasquilho diz concordar com o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, quando este assegurou, no parlamento, que os prejuízos da TAP SGPS não implicam uma injeção de capital, apesar de ter ressaltado não poder garantir que isso não venha a acontecer.

“Não há essa necessidade [de injeção de capital]. De qualquer forma, o senhor ministro também referiu que num caso extremo não é de descartar, mas é evidente que nesse caso não será só ao acionista Estado que competirá uma injeção de capital. Como costume dizer, a TAP é uma parceria público-privada de sucesso”.

“O maior acionista é o acionista Estado, é verdade, mas também tem outro acionista institucional, de referência, que é o consórcio Atlantic Gateway, que tem 45% do capital social. E, portanto, obviamente estamos a falar grosso modo desses dois blocos, um público e um privado, mas as indicações que temos, e prevendo que neste ano os resultados do grupo possam regressar ‘ao verde’, como aconteceu de 2017, que isso não seja, de facto, uma realidade”, reforçou.

Sobre a relação entre o Conselho de Administração, indicado pelo Estado, e a Comissão Executiva, indicada pelo acionista privado, que tem a gestão da empresa, e eventuais divergências no final de 2018, Miguel Frasquilho apontou que “o plano estratégico da TAP foi concebido” pelos dois blocos e que “tem vindo a ser implementado”.

“Portanto, a esse nível, ao nível estratégico, não há divergências (...)”, garantiu, lembrando, no entanto, que “não há nenhuma organização,

nenhuma instituição onde não haja divergências de opinião entre administradores, sejam eles executivos ou não executivos, entre o CEO [presidente executivo] e o ‘chairman’, entre acionistas”.

O importante, ressalva, “é que no fim do dia essas divergências – que podem ser de pontos de vista, podem ser de opinião, podem ser de sensibilidade a vários níveis – possam ser sanadas, mitigadas, possa haver uma aproximação de posições” e, até à data, “isso não foi impossível, isso aconteceu sempre”.

“No que toca, por exemplo, aos acionistas, é natural que quando temos um acionista com a relevância do Estado português, com acionistas privados que também são muito relevantes – o comendador Humberto Pedrosa, uma referência do setor empresarial, em Portugal, o senhor David Neeleman, uma referência mundial da aviação, – é natural que os pontos de vista nem sempre sejam coincidentes. Mas é também para isso que os administradores cá estão, para aproximar essas posições, fazer lançar escadas entre as pessoas, entre os acionistas, entre os pontos de vista, é também, em particular, para isso que eu aqui estou, para poder aproximar as sensibilidades, poder gerir posições, e acho que temos vindo a contribuir para uma melhoria da ‘governance’ da TAP”, afirmou Miguel Frasquilho.

O ‘chairman’ ressaltou ainda que este modelo, acionista e de ‘governance’ viu “a luz do dia ainda não há dois anos” e que está a ser implementado, dando como exemplo a criação da Comissão de Estratégia e da Comissão de Auditoria em matérias financeiras. A primeira presidida por Diogo Lacerda Machado e a segunda por Esmeralda Dourado.

“Ambos [os responsáveis] são indicados pelo acionista Estado e ambas as comissões têm representantes efetivos, indicados pelo Estado e indicados pelo acionista Atlantic Gateway. Depois, qualquer administrador pode participar, se assim o entender, dessas reuniões. Eu, não fazendo parte formalmente dessas comissões, tenho estado em todas e assim continuarei desde que a minha agenda o permita”, afirmou.

“Agora, é evidente que a companhia, o grupo no seu dia a dia, é gerido pela Comissão Executiva e é isso que está no acordo parassocial e é isso que se passa. Nós, em termos de representação do acionista Estado, é evidente que temos um papel importante porque a TAP é uma empresa estratégica para o país e disso nunca abriremos mão. Portanto, este é o equilíbrio que temos. Hoje, eu diria que há uma participação maior dos administradores indicados pelo Estado na vida do grupo, na vida da empresa, sem obviamente se substituir – nem era isso que era desejável, nem que era possível – à Comissão Executiva, obviamente”, concluiu.